



AVISO

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 209/2019 - SO.
PROCESSO nº 03165/2019**

Acha-se aberta, na Comissão Permanente de Licitação, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO ELETRÔNICO, EXCLUSIVAMENTE para participação de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas**, tipo MENOR PREÇO, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS para a aquisição de peças genuínas para máquina motoniveladora Fiat Allis FG 140**, cujas especificações detalhadas encontram-se no **Anexo VII** que acompanha o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, a Lei Municipal nº 10.214/2002, o Decreto Municipal nº 7.485/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, **Lei Complementar nº 147/2014**, Lei nº 12.211/2011 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: **das 08:00h do dia 09/09/2019, às 08:30h do dia 24/09/2019;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 09:00h do dia 24/09/2019**, no endereço eletrônico **<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>**, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CPL, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico **https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/**. É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado à Comissão Permanente de Licitação, via e-mail – **pregaoeletronico@pjf.mg.gov.br** - ou via fax – (32)3690-8184, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A CPL não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. **Quaisquer dúvidas contatar pelos telefones (32) 3690-8190 ou (32) 3690-8188/8187.**

Juiz de Fora, de de 2019.

Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO nº 209/2019 - SO

Acha-se aberta, na Comissão Permanente de Licitação, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO ELETRÔNICO, EXCLUSIVAMENTE para participação de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas**, tipo MENOR PREÇO, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS para a aquisição de peças genuínas para máquina motoniveladora Fiat Allis FG 140**, cujas especificações detalhadas encontram-se no **Anexo VII** que acompanha o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, a Lei Municipal nº 10.214/2002, o Decreto Municipal nº 7.485/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, **Lei Complementar nº 147/2014**, Lei nº 12.211/2011 e demais legislações aplicáveis.

I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

1.2. A realização do procedimento estará a cargo da Comissão Permanente de Licitação e da Administradora do Pregão Eletrônico, sociedade empresária Detentora da Ata para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

1.3. O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto a Confederação Nacional dos Municípios através do portal de compras municipais, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida terá acesso ao portal.

1.3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

1.3.2. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.4. A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a CPL darão sequência ao processo de Pregão, treinando os fornecedores cadastrados.

1.5. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

1.5.1. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

1.6. O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e / ou pelo sistema ou de sua desconexão.



II – DOS PROCEDIMENTOS

2.1. Os fornecedores deverão inserir suas propostas iniciais dentro do sistema até a data e horário definidos no preâmbulo deste edital.

2.1.1. Para inserção de suas propostas iniciais, os fornecedores deverão observar rigorosamente a **descrição e unidade de fornecimento** dos materiais constantes do **Anexo VII** do Edital.

2.1.2. É obrigatório informar a **MARCA** dos itens cotados.

2.1.3. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas que ofertarem alternativas.

2.1.4. A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2.1.5. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

2.1.6. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **120 (cento e vinte) dias corridos**.

2.2. O pregoeiro desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

2.3. Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, comunicando aos fornecedores classificados na data e horário definidos no edital.

2.4. O julgamento das propostas será feito pelo **menor valor por item** de acordo com o especificado no **Anexo VII**.

2.5. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

2.6. O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

2.6.1. No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

2.7. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

2.8. Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

2.9. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

2.9.1. Se algum proponente fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo cancelado pelo pregoeiro através do sistema. A disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência o pregoeiro justificará o motivo da exclusão através de

mensagem aos participantes e em seguida, a disputa será reiniciada pelo pregoeiro.

2.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

2.11. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, as proponentes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

2.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema, sendo facultado ao pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

2.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às proponentes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

2.14. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

2.15. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

2.16. Após análise da proposta e da documentação, o Pregoeiro anunciará a proponente vencedora.

2.16.1. Havendo divergência entre o valor unitário e o global correspondente, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo o Pregoeiro proceder à correção no valor global.

2.17. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a proponente vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por item, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

2.18 – É facultado ao Pregoeiro no curso do procedimento sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, realizar correções de caráter formal.

2.19 – Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

2.19.1 – Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05 (cinco por cento) superiores à melhor proposta classificada;

2.19.2 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

2.19.3 – A nova proposta de preços mencionada no subitem anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);



2.19.4 – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

2.19.5 – No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem 2.19.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

2.19.6 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 2.19.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

2.19.7 – O procedimento previsto no item 2.19 somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, em havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

III – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

3.1. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o **2º (segundo)** dia útil que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **exclusivamente por meio de formulário eletrônico.** Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

3.1.1. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

3.1.2. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo o aceite sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

3.2. Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo a proponente **manifestar motivadamente** sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances, onde o pregoeiro abrirá prazo para a mesma.

3.2.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

3.3. A proponente que manifestar a intenção de recurso e a mesma tiver sido aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contra-razões em igual número de dias.

3.4. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

IV – DO OBJETO

4.1 - Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária para o **Registro de Preços** objetivando **a aquisição de peças genuínas para máquina motoniveladora Fiat Allis FG 140**, conforme especificações constantes do **ANEXO VII**, parte integrante deste edital.

V - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. É vedada a participação:

a) de interessados que se encontrarem em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

b) de interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal;

c) de interessados que se encontrarem em débito para com a Fazenda Pública do Município de Juiz de Fora.

c) empresas que não se enquadrarem na condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

5.2. As sociedades empresárias interessadas deverão se inscrever no endereço eletrônico constante no item I deste edital.

VI - DOS LANCES NA ETAPA DE DISPUTA DE PREÇOS

6.1. Tendo o proponente sido qualificado pelo pregoeiro, poderá ele participar da sessão de disputa de preços, na data e horários definidos no preâmbulo deste edital.

6.1.1. Os lances durante a sessão somente serão aceitos se apresentarem preços inferiores àquele que for o de menor preço.

6.1.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

6.1.3. Os proponentes somente terão acesso ao valor do menor lance, não sendo para eles identificado o proponente.

6.2. A duração da sessão de disputa de preços, prevista no preâmbulo deste edital, poderá sofrer alterações de acordo com o disposto no Decreto nº 7.485/02, que regulamenta a matéria.

6.2.1. Terminada a sessão, o sistema automaticamente rejeitará qualquer tentativa de envio de lances.

VII - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

7.1. O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

7.2. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

7.3. O pagamento será efetuado, mediante entrega dos materiais, acompanhados de Fatura (Nota Fiscal) discriminada de acordo com a Nota de Empenho, após conferência pelo setor responsável, DVEP.

7.4. O pagamento será creditado em favor do fornecedor, por meio de ordem bancária contra qualquer banco indicado, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta-corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.



7.5. O pagamento será efetuado em até 30 dias, após a apresentação ao setor competente da Nota Fiscal devidamente atestada.

7.6. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

7.7. Quando ocorrer a situação prevista no item 7.6, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

7.8. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

7.9. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

7.9.1. Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS, CNCD do INSS.

7.10. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

7.11. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, salvo disposições contidas na IN nº 024/2010 da SRCI/SSCI.

7.12. No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

7.13. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

7.14. Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação nº 091100.04.122.0007.2238.0000.010.000.000.3.3.90.30.

VIII - DA HABILITAÇÃO

8.1. Para **habilitação**, deverá a sociedade empresária vencedora apresentar, em 1 (uma) via, os documentos abaixo discriminados, **postando os mesmos em até 48 (quarenta e oito) horas**, após a confirmação do vencedor, o que poderá ser feito no final da disputa de preços. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em **cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados. **Os documentos na forma prevista neste Edital poderão ser enviados para o seguinte endereço: Av. Brasil, 2001, 6º andar - Centro - Juiz de Fora, MG - CEP: 36060-010. Não aceitaremos a documentação via Fax ou e-mail.**

8.1.1 – Os proponentes interessados na autenticação das cópias por funcionário da unidade que realiza a licitação deverão comparecer e solicitar a autenticação dentro do prazo estabelecido na cláusula anterior.

8.1.2 - Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

8.1.3 - Os documentos deverão ser apresentados de forma organizada, preferencialmente, encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos ou misturados.



8.1.4 – Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

8.1.5 - Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em envelope, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

**CPL- COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 209/2019 - SO
RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA:
CNPJ:**

Os proponentes deverão apresentar:

8.2 – Documentos relativos à habilitação jurídica:

8.2.1 - Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.2.2 - Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

8.2.3 - Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2.4 - Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme **Anexo V**:

8.2.4.1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

8.2.4.2 - Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

8.2.4.3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

8.2.4.4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

8.2.4.5. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

8.2.5 - Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme **Anexo IV**.

8.2.6 - Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo III**.

8.2.7 – Deverá ser apresentada declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a

qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo II**.

8.2.8 – Deverá ser apresentada declaração subscrita pelo seu representante legal de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo II**.

8.3 – Documentos relativos à Regularidade Fiscal E TRABALHISTA:

8.3.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.3.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

8.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

8.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

8.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.3.7 – Deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.3.7.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8.3.7.2 – A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

8.4 – Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

8.4.1 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

8.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

8.4.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

8.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

8.4.1.4. Os documentos relativos ao subitem 8.4.1 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

8.4.2. A capacidade Financeira da Sociedade empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

LC..... maior ou igual a 1(um)

8.4.2.1. O item 8.4.2 é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

8.4.3. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº. 11.101/05.

8.4.3.1. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.



8.4.4. No caso da empresa apresentar índice contábil de Liquidez Corrente menor que 1(um), porém positivo, é exigida obrigatoriamente a comprovação de possuir Capital Social de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da Contratação, exigência esta prevista nos parágrafos 2º e 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, e devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, e/ou através da apresentação do balanço Patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002.

8.5 – Documentos relativos à qualificação técnica:

8.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

8.6. Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

8.7. A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

8.8. A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 8.2.1, 8.2.2, 8.2.3, 8.3 e 8.4.3, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

8.9. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

8.9.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

8.9.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

8.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

8.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste, item, implicará na inabilitação do licitante.

IX - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.



9.2. A autoridade competente homologará o resultado da licitação e logo após será convocado o adjudicatário para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a CPL.

9.3. A Administração poderá, quando o proponente vencedor convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata de RP, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

9.4. Decorrido o prazo do item 9.2, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura da Ata de RP, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

9.4.1. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

9.4.2. Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.

9.4.3. A multa de que trata o item 9.4.1 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

X – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Ata de Registro de Preços terá a **validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato.

10.2. Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Juiz de Fora não será obrigado a aquisição/contratação, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.

XI - DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO

11.1. As aquisições serão formalizadas pela assinatura de documento hábil entre o fornecedor e a unidade requisitante, nos termos do art. 62 da lei 8666/93, conforme o caso.

11.2. A(s) Nota(s) de Empenho(s) deverão ser anexadas ao processo de administração do fornecimento.

11.3. A Unidade Requisitante não se responsabilizará pelo fornecimento à terceiros dos objetos contratados, mesmo que adquiridos por seus servidores.

XII – DA ENTREGA, DO PRAZO E DO RECEBIMENTO (ACEITE)

12.1. **O prazo de entrega será de 05 (cinco) dias**, a partir do recebimento da Nota de Empenho/autorização de compra emitida pela Unidade Requisitante.

12.1.1. A entrega deverá ser feita no seguinte endereço, nesta cidade de Juiz de Fora/MG: **Rua Osório de Almeida, 689 – Poço Rico – Telefone: (32) 3690-7403.**

12.1.2. O material que for entregue em desacordo com o especificado no Edital ou na proposta da licitante vencedora será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso

12.1.2. A sociedade empresária fornecedora deverá constar na Nota Fiscal a data e hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu o recebimento dos produtos.

12.2. Do Recebimento (aceite):

12.2.1. O recebimento dos materiais dar-se-á pelo Departamento de Veículos e Equipamentos Pesados.

12.2.1.1. **Provisoriamente:** para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações e testes de funcionamento;

12.2.1.2. **Definitivamente:** após a verificação de que o material entregue possui todas as características consignadas na especificação do objeto, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

12.3. Após o recebimento, caso a entrega dos materiais esteja de acordo com o exigido, as notas fiscais serão atestadas pelo DEIN/SO e encaminhadas para pagamento.

12.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da fornecedora pela perfeita execução do fornecimento/serviço, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato/autorização de compra, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

12.5. Da garantia:

12.5.1. Os materiais terão garantia de 12 (doze) meses após a entrega, ou prazo maior, conforme especificações dos fabricantes dos materiais.

XIII - DAS OBRIGAÇÕES

13.1. Da Unidade Requisitante:

13.1.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, o fornecimento dos produtos, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do fornecimento.

13.1.2. Conferir se o fornecimento do produto está de acordo com o inicialmente proposto, embora o fornecedor seja o único e exclusivo responsável pelo fornecimento nas condições especificadas.

13.1.3. Proporcionar todas as facilidades para que o Fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições do contrato.

13.1.4. Comunicar ao fornecedor qualquer irregularidade na entrega do produto e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

13.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o material a ser entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo Fornecedor.

13.1.6. Solicitar a substituição do produto que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor de compras/responsável da fiscalização.

13.1.7. Efetuar os pagamentos ao fornecedor nas condições e preços pactuados, por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, www.nfe.fazenda.gov.br.



13.2. Da Sociedade Empresária Vencedora:

13.2.1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Prefeitura de Juiz de Fora.

13.2.2. Substituir todo e qualquer material fornecido com defeito ou que vier a apresentar vício de funcionamento durante o período de garantia.

13.2.3. Responsabilizar-se pelos danos porventura causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, até a entrega dos materiais, incluindo o transporte e o frete.

13.2.4. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do fornecimento dos materiais, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

13.2.5. Entregar os materiais no prazo, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber às leis do consumidor. A Secretaria de Obras, através do setor responsável, fará a verificação da conformidade dos materiais com as especificações constantes da proposta do fornecedor, marca e modelo.

13.2.6. O material que for entregue em desacordo com o especificado no Edital, contrato ou na proposta da empresa contratada será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso.

13.2.7. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIV - DAS PENALIDADES

14.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

14.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a Comissão Permanente de Licitação todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

14.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

14.3. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.



14.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 14.1, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

14.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 14.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

14.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.6. Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta aos licitantes que derem causa a tumulto durante a sessão pública de licitação ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado e atitudes injustificadas e infundadas de seus representantes.

XV - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

15.1. Observado o disposto no artigo 67 da lei federal 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

15.2. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, o fornecimento do produto nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

15.2.1. O recebimento definitivo do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

16.2. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.3. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

16.4. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.5. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

16.6. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.7. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a CPL/PJF pelo telefone: (32) 3690-8188/8187, fax (32)3690-8184, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

16.8. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Anexo II - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo III - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo IV - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo V – Modelo de Declaração de inexistência de fato impeditivo.

Anexo VI – Modelo do Termo de Autorização de Compra.

Anexo VII – Termo de Referência e Valor Estimado.

PREGÃO ELETRONICO nº 209/2019 - SO

ANEXO I

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ----- /..... – -----
PROCESSO nº 03165/2019 – PE nº 209/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

(deverá ser preenchido conforme orientação da AJLC/CPL/SARH)

A, doravante denominada, e, neste ato, **UNIDADE GESTORA**, através de seu(ua), Sr(a)., e a sociedade empresária....., estabelecida na Rua/Avenida, nº, CNPJ nº, pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº, R.G. nº, doravante denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**, nos termos do Art. 15 da lei Federal nº.8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº.8.883 de 09 de junho de 1994, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 7.485/2002, Decreto Municipal nº 7.962/2003, Decreto nº 13.602/2019 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 209/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme consta do processo administrativo próprio nº **03165/2019**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem como objetivo o registro de preços para futuras e eventuais contratações de empresas especializadas **para o fornecimento de peças genuínas para máquina motoniveladora Fiat Allis FG 140**, conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório nº **03165/2019**, Pregão Eletrônico nº **209/2019**, para atender demanda da Secretaria de Obras (SO), doravante denominada UNIDADE REQUISITANTE.

CLÁUSULA II – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os preços da empresa classificada em 1º lugar no certame licitatório encontram-se indicados no quadro abaixo:

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total

CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato.

3.2. Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal nº 8666/93, alterada pela Lei Federal nº 8883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Juiz de Fora não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, do objeto referido na cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.



3.3. Os quantitativos mencionados na presente Ata de Registro de Preços são apenas para efeito de limites máximos. A **UNIDADE REQUISITANTE** reserva-se no direito de adquirir as quantidades conforme sua necessidade durante o período de vigência da referida Ata.

3.4. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº 209/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO

4.1. As aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura de documento hábil entre o **FORNECEDOR** e a **UNIDADE REQUISITANTE** interessada, nos termos do art. 62 da Lei nº.8666/93, conforme o caso.

4.2. A detentora da Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta.

4.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da Unidade Requisitante interessada, a qual deverá ser feita mediante assinatura de documento hábil, nos termos do art. 62 da Lei nº.8666/93.

4.4. A cópia da Nota de Empenho ou de outro documento hábil deverá ser anexada ao processo de administração da ata.

4.5. A Administração Pública tem a faculdade de firmar termo contratual, a partir e durante a vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos preceituados na legislação específica ou, conforme o caso, executar a avença com fundamento no art. 62 da Lei nº.8666/93.

CLÁUSULA V – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

5.1. O **FORNECEDOR** responderá por todo e qualquer dano provocado à **UNIDADE GESTORA** e à **UNIDADE REQUISITANTE**, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela **UNIDADE REQUISITANTE**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

5.2. Para efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela **UNIDADE GESTORA** e **UNIDADE REQUISITANTE**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo **FORNECEDOR**, de obrigações a ele atribuídas por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando a, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela **UNIDADE GESTORA** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

5.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do **FORNECEDOR** for apresentada ou chegar ao conhecimento da **UNIDADE GESTORA**, esta comunicará ao **FORNECEDOR** por escrito para que tome as providências necessárias a sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à **UNIDADE GESTORA** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo **FORNECEDOR** não o eximem das responsabilidades assumidas perante a **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula.

5.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo **FORNECEDOR**,



independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à **UNIDADE GESTORA**, mediante adoção de das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do **FORNECEDOR**;
- b) medida judicial apropriada, a critério da **UNIDADE GESTORA**.

CLÁUSULA VI - DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O preço registrado será suspenso nos seguintes casos:

- a) quando o **FORNECEDOR**, convocado para o fornecimento, não apresentar documentação de habilitação regular nos termos do Edital: suspensão até a comprovação da regularização, se não for caso de reincidência;
- b) quando o **FORNECEDOR**, convocado para fornecer o objeto, não tiver condições de executá-lo parcial ou totalmente: suspensão de 90 (noventa) dias, contados da data da convocação, se não for o caso de reincidência e o **FORNECEDOR** tiver comunicado à Unidade Gestora em tempo hábil, os motivos da sua impossibilidade, permitindo a convocação do fornecedor seguinte.

6.2. O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

6.2.1. Pela UNIDADE GESTORA:

- a) quando o **FORNECEDOR** não cumprir as exigências do Edital, salvo a hipótese de suspensão da letra “a” do subitem 6.1;
- b) quando o **FORNECEDOR** não apresentar o objeto decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, salvo se aceita sua justificativa;
- c) quando em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto fornecido, decorrente do registro de preços, salvo a hipótese de suspensão da letra “b” do item 6.1;
- d) quando o **FORNECEDOR** não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese em que esses se tornarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) por razões de interesse público;
- f) na hipótese de reincidência de fato que tenha dado origem à suspensão;
- g) se todos os preços forem cancelados, hipótese em que se revogará a presente Ata de Registro de Preços;
- h) o **FORNECEDOR** não retirar qualquer Ordem de Serviços, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

6.2.2. Pelo FORNECEDOR

- a) mediante solicitação por escrito, antes de ser convocado por meio de instrumento hábil, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.



6.3. O cancelamento ou a suspensão, pela **UNIDADE GESTORA**, de preço registrado, será precedido de regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita mediante correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de não localização do **FORNECEDOR**, a comunicação será feita mediante publicação no Órgão Oficial do Município por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir do prazo estipulado na publicação, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital e na legislação pertinente.

6.5. A solicitação do **FORNECEDOR** para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias úteis, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA VII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

7.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar à Comissão Permanente de Licitação/Sistema de Registro de Preços, os quantitativos das aquisições.

7.1.1. A emissão das notas de empenho ou outro instrumento hábil, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será, igualmente, autorizada pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA VIII - DAS COMUNICAÇÕES

8.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA IX – DAS MULTAS E PENALIDADES

9.1. O **FORNECEDOR**, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do objeto, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata de Registros de Preços e demais condições legais.

9.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº.8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.



9.3. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 9.2, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

9.3.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 9.2, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

9.4. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da Ata, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

9.5. A aplicação de penalidades previstas para os casos de não fornecimento do objeto, erro, imperfeição, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da Unidade Gestora da Ata, na pessoa da autoridade competente, nos termos do artigo 19 do Decreto Municipal nº.7962/2003.

9.6. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.7. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pelo **FORNECEDOR**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

9.8. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela **UNIDADE GESTORA** ao **FORNECEDOR**, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do artigo 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata como de responsabilidade do **FORNECEDOR** e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela Administração.

9.9. As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime o **FORNECEDOR** da sua responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Administração por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

9.10. Após a adjudicação do objeto, o **FORNECEDOR** será convocado a assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data da referida convocação feita pela Unidade Gestora da Ata, sob pena de aplicação das penalidades definidas pelo artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta Ata, o edital do **Pregão Eletrônico nº 209/2019**, seus anexos e a proposta da sociedade empresária _____ classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº.8666/93, alterada pela Lei Federal nº.8883/94, pelo Decreto Municipal nº.7485/2002 no que não colidir com a primeira, Decreto nº.7.962/2003 e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.



CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por haverem assim pactuado e estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Juiz de Fora, ____ de _____ de 20.....

Gestor
Representante Legal

EMPRESA
Representante Legal
Cargo

PREGÃO ELETRONICO nº 209/2019 - SO

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr.(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

PREGÃO ELETRÔNICO n° 209/2019 - SO

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob n°,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade n°
e do CPF n°, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de
habilitação estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico n° 209/2019**, assim como tem pleno
conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREGÃO ELETRÔNICO nº 209/2019 - SO

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, **DECLARA, sob as penas da Lei, em
cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 209/2019 - SO

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante legal o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREGÃO ELETRÔNICO nº 209/2019 - SO

ANEXO VI - Minuta - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA

Objeto: Aquisição de peças genuínas para máquina motoniveladora Fiat Allis FG 140, de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 209/2019 e seus Anexos, oriundo do Processo Licitatório nº 03165/2019.

Pelo presente instrumento, composto por duas vias de igual teor e forma, a **Prefeitura de Juiz de Fora**, inscrita no CNPJ sob o nº, através da **Secretaria de** neste ato representada pelo seu Secretário Sr., brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juiz de Fora/MG, **nos termos do art. 62 § 2º da Lei nº 8.666/93, AUTORIZA** a entrega do produto abaixo especificado, que serão fornecidos pela Empresa, sediada em, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada por, inscrito no CPF/MF sob o nº

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

Item	Especificações	Quantidade	marca	Valor Unitário	Valor Total
1					

Valor Total da aquisição acima especificada: R\$

As condições e obrigações decorrentes do presente Termo de Autorização de Compra, especialmente em relação às obrigações das partes, forma de execução, prazo de execução, acompanhamento e fiscalização, condições de pagamento, sanções, valores das multas e casos de rescisão, obedecerão ao disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº 209/2019 e seus anexos. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária nº

Secretaria de (.....)

De acordo: Empresa

Declaro para os devidos fins que recebi uma cópia da Nota de Empenho nº _____ emitida em favor de minha empresa em ___/___/20....., decorrente da adjudicação e homologação do resultado do Pregão Eletrônico nº 209/2019, bem como uma via do presente Termo de Autorização de Compra, cujos termos concordo plenamente, dando-lhe o devido cumprimento.

Juiz de Fora,..... de de 20.....

Empresa: _____

CNPJ: _____

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

PREGÃO ELETRONICO nº 209/2019 - SO

ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO

1. OBJETO

Registro de Preços para futuras e eventuais contratações para **a aquisição de peças genuínas para máquina motoniveladora Fiat Allis FG 140**, conforme relação de materiais especificados neste Termo de Referência.

2 - DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO

2.1. As aquisições serão formalizadas pela assinatura de documento hábil entre o fornecedor e a unidade requisitante, nos termos do art. 62 da lei 8666/93, conforme o caso.

2.2. A(s) Nota(s) de Empenho(s) deverão ser anexadas ao processo de administração do fornecimento.

2.3. A Unidade Requisitante não se responsabilizará pelo fornecimento à terceiros dos objetos contratados, mesmo que adquiridos por seus servidores.

3. DA ENTREGA, DO PRAZO E DO RECEBIMENTO (ACEITE)

3.1. **O prazo de entrega será de 05 (cinco) dias**, a partir do recebimento da Nota de Empenho/autorização de compra emitida pela Unidade Requisitante.

3.1.1. A entrega deverá ser feita no seguinte endereço, nesta cidade de Juiz de Fora/MG: **Rua Osório de Almeida, 689 – Poço Rico – Telefone: (32) 3690-7403.**

3.1.2. O material que for entregue em desacordo com o especificado no Edital ou na proposta da licitante vencedora será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso

3.1.2. A sociedade empresária fornecedora deverá constar na Nota Fiscal a data e hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu o recebimento dos produtos.

3.2. Do Recebimento (aceite):

3.2.1. O recebimento dos materiais dar-se-á pelo Departamento de Veículos e Equipamentos Pesados.

3.2.1.1. **Provisoriamente:** para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações e testes de funcionamento;

3.2.1.2. **Definitivamente:** após a verificação de que o material entregue possui todas as características consignadas na especificação do objeto, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

3.3. Após o recebimento, caso a entrega dos materiais esteja de acordo com o exigido, as notas fiscais serão atestadas pelo DEIN/SO e encaminhadas para pagamento.

3.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da fornecedora pela perfeita execução do fornecimento/serviço, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato/autorização de compra, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

3.5. Da garantia:



3.5.1. Os materiais terão garantia de 12 (doze) meses após a entrega, ou prazo maior, conforme especificações dos fabricantes dos materiais.

4. DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Da Unidade Requisitante:

4.1.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, o fornecimento dos produtos, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do fornecimento.

4.1.2. Conferir se o fornecimento do produto está de acordo com o inicialmente proposto, embora o fornecedor seja o único e exclusivo responsável pelo fornecimento nas condições especificadas.

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades para que o Fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições do contrato.

4.1.4. Comunicar ao fornecedor qualquer irregularidade na entrega do produto e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

4.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o material a ser entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo Fornecedor.

4.1.6. Solicitar a substituição do produto que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor de compras/responsável da fiscalização.

4.1.7. Efetuar os pagamentos ao fornecedor nas condições e preços pactuados, por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, www.nfe.fazenda.gov.br.

4.2. Da Sociedade Empresária Vencedora:

4.2.1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Prefeitura de Juiz de Fora.

4.2.2. Substituir todo e qualquer material fornecido com defeito ou que vier a apresentar vício de funcionamento durante o período de garantia.

4.2.3. Responsabilizar-se pelos danos porventura causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, até a entrega dos materiais, incluindo o transporte e o frete.

4.2.4. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do fornecimento dos materiais, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

4.2.5. Entregar os materiais no prazo, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber às leis do consumidor. A Secretaria de Obras, através do setor responsável, fará a verificação da conformidade dos materiais com as especificações constantes da proposta do fornecedor, marca e modelo.

4.2.6. O material que for entregue em desacordo com o especificado no Edital, contrato ou na proposta da empresa contratada será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso.

4.2.7. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado, mediante entrega dos materiais, acompanhados de Fatura (Nota Fiscal) discriminada de acordo com a Nota de Empenho, após conferência pelo setor responsável, DVEP.

5.2. O pagamento será creditado em favor do fornecedor, por meio de ordem bancária contra qualquer banco indicado, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta-corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

5.3. O pagamento será efetuado em até 30 dias, após a apresentação ao setor competente da Nota Fiscal devidamente atestada.

5.4. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação nº 091100.04.122.0007.2238.0000.010.000.000.3.3.90.30.

CPL - Comissão Permanente de Licitação
Relação de Materiais Especificados

Página: 1
Data: 26/08/2019

Processo:	Ano:	Diretoria:				
03165	2019	SO				
Item	Qtddade	Código	Unidade	Especificação Detalhada	Unitário	Estimado
1	30,00	424900889	Unidade	Lâmina, Fiat Allis FG 140, código 75239489	401,9500	12.058,5000
2	90,00	424900890	Unidade	Canto de Lâmina, Fiat Allis FG 140, código 75241478	301,8700	27.168,3000
3	1.250,00	424900891	Unidade	Parafuso Lâmina, Fiat Allis FG 140, código 70921390	1,3380	1.672,5000
4	1.250,00	424900892	Unidade	Porca Lâmina 5/8, Fiat Allis FG 140, código 70911029	0,7700	962,5000
5	1.250,00	424900893	Unidade	Parafuso Lâmina, Fiat Allis FG 140, código 70617127	2,5900	3.237,5000
6	30,00	424900894	Unidade	Filtro de Ar Interno, Fiat Allis FG 140, código 75248730	67,7600	2.032,8000
7	40,00	424900895	Unidade	Filtro de Ar Externo, Fiat Allis FG 140, código 75248729	161,4500	6.458,0000
8	40,00	424900896	Unidade	Filtro Diesel, Fiat Allis FG 140, código 87840591	112,6600	4.506,4000
9	40,00	424900897	Unidade	Filtro Diesel, Fiat Allis FG 140, código 87840590	89,3000	3.572,0000
10	40,00	424900898	Unidade	Filtro Motor, Fiat Allis FG 140, código 75285999	131,8700	5.274,8000
11	5,00	424900899	Unidade	Correia do Motor, Fiat Allis FG 140, código 75286362	65,1700	325,8500
12	30,00	424900900	Unidade	Filtro Transmissão, Fiat Allis FG 140, código 73162722	530,2300	15.906,9000
13	10,00	424900901	Unidade	Reparo Direção, Fiat Allis FG 140, código 73065112	530,2300	5.302,3000
14	10,00	424900902	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 73155118	18,9500	189,5000
15	10,00	424900903	Unidade	Placa Celeron, Fiat Allis FG 140, código 73125481	39,9700	399,7000
16	10,00	424900904	Unidade	Placa Celeron, Fiat Allis FG 140, código 73125482	76,4400	764,4000
17	90,00	424900905	Unidade	Unha, Fiat Allis FG 140, código 75251673	34,2400	3.081,6000
18	90,00	424900906	Unidade	Trava Unha, Fiat Allis FG 140, código 75251674	9,1500	823,5000
19	5,00	424900907	Unidade	Bomba Hidráulica Principal, Fiat Allis FG 140, código 75252143	5.683,5500	28.417,7500
20	40,00	424900908	Unidade	Filtro Hidráulico, Fiat Allis FG 140, código 73125853	117,2500	4.690,0000
21	5,00	424900909	Unidade	Reparo Inclinação Lâmina, Fiat Allis FG 140, código 75220700	113,9200	569,6000
22	5,00	424900910	Unidade	Reparo Cilindro da Lâmina, Fiat Allis FG 140, código 75288870	35,0200	175,1000
23	5,00	424900911	Unidade	Reparo Deslocamento Lateral, Fiat Allis FG 140, código 75288868	68,3300	341,6500
24	5,00	424900912	Unidade	Reparo Escarificador, Fiat Allis FG 140, código 73159181	49,7000	248,5000
25	5,00	424900913	Unidade	Junta Cabeçote, Fiat Allis FG 140, código 82850515	92,2800	461,4000
26	5,00	424900914	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 83955247	25,4300	127,1500
27	15,00	424900915	Unidade	Tampão, Fiat Allis FG 140, código 83957023	41,4300	621,4500
28	25,00	424900916	Unidade	Bujão, Fiat Allis FG 140, código 75287924	26,3600	659,0000
29	10,00	424900917	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75208209	21,1900	211,9000
30	5,00	424900918	Unidade	Junta Cabeçote, Fiat Allis FG 140, código 75208126	92,2800	461,4000
31	5,00	424900919	Unidade	Tampa, Fiat Allis FG 140, código 81867228	69,6800	348,4000
32	5,00	424900920	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 75206824	69,6800	348,4000
33	5,00	424900921	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 75289649	58,3800	291,9000
34	5,00	424900922	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75208192	35,7800	178,9000
35	5,00	424900923	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 83958239	73,4600	367,3000
36	5,00	424900924	Unidade	Filtro, Fiat Allis FG 140, código 87800918	105,4600	527,3000
37	5,00	424900925	Unidade	Tampa, Fiat Allis FG 140, código 79104494	35,7800	178,9000
38	10,00	424900926	Unidade	Extremidade, Fiat Allis FG 140, código 70686384	105,4600	1.054,6000
39	20,00	424900927	Unidade	Porca, Fiat Allis FG 140, código 70916590	16,1900	323,8000
40	5,00	424900928	Unidade	Cabo do Acelerador, Fiat Allis FG 140, código 75251274	139,3600	696,8000
41	5,00	424900929	Unidade	Cabo do Acelerador, Fiat Allis FG 140, código 75251275	139,3600	696,8000

CPL - Comissão Permanente de Licitação
Relação de Materiais Especificados

Página: 2
Data: 26/08/2019

42	20,00	424900930	Unidade	Porca, Fiat Allis FG 140, código 70918309	20,7200	414,4000
43	5,00	424900931	Unidade	Proteção, Fiat Allis FG 140, código 79016397	111,1100	555,5500
44	5,00	424900932	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 87840171	25,4300	127,1500
45	50,00	424900933	Unidade	Filtro, Fiat Allis FG 140, código 87800670	92,2800	4.614,0000
46	10,00	424900934	Unidade	Junta, Fiat Allis FG 140, código 83999220	35,7800	357,8000
47	30,00	424900935	Unidade	Junta, Fiat Allis FG 140, código 75208288	48,9600	1.468,8000
48	5,00	424900936	Unidade	Silencioso, Fiat Allis FG 140, código 73121707	274,9500	1.374,7500
49	5,00	424900937	Unidade	Tube, Fiat Allis FG 140, código 75247197	180,7900	903,9500
50	5,00	424900938	Unidade	Abraçadeira, Fiat Allis FG 140, código 75249100	26,3600	131,8000
51	5,00	424900939	Unidade	Junta, Fiat Allis FG 140, código 75206879	34,8400	174,2000
52	40,00	424900940	Unidade	Filtro, Fiat Allis FG 140, código 81879134	69,6800	2.787,2000
53	15,00	424900941	Unidade	Mangueira, Fiat Allis FG 140, código 75249382	108,2900	1.624,3500
54	10,00	424900942	Unidade	Abraçadeira, Fiat Allis FG 140, código 70921914	26,3600	263,6000
55	10,00	424900943	Unidade	Abraçadeira, Fiat Allis FG 140, código 70921913	10,1700	101,7000
56	5,00	424900944	Unidade	Bomba D'água, Fiat Allis FG 140, código 75289653	295,6600	1.478,3000
57	5,00	424900945	Unidade	Junta, Fiat Allis FG 140, código 75286179	22,6000	113,0000
58	5,00	424900946	Unidade	Junta, Fiat Allis FG 140, código 75286321	26,3600	131,8000
59	5,00	424900947	Unidade	Válvula, Fiat Allis FG 140, código 75286320	51,7900	258,9500
60	5,00	424900948	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75286325	51,7900	258,9500
61	20,00	424900949	Unidade	Filtro, Fiat Allis FG 140, código 75286640	54,6100	1.092,2000
62	5,00	424900950	Unidade	Tube, Fiat Allis FG 140, código 75286157	133,7700	668,8500
63	5,00	424900951	Unidade	Junta, Fiat Allis FG 140, código 75286158	26,3600	131,8000
64	5,00	424900952	Unidade	Mangueira, Fiat Allis FG 140, código 75208331	120,5300	602,6500
65	5,00	424900953	Unidade	Mangueira, Fiat Allis FG 140, código 73158847	133,7100	668,5500
66	20,00	424900954	Unidade	Correia B58, Fiat Allis FG 140, código 73157291	35,7800	715,6000
67	10,00	424900955	Unidade	Rolamento, Fiat Allis FG 140, código 70694992	180,7900	1.807,9000
68	10,00	424900956	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 73148647	41,4300	414,3000
69	10,00	424900957	Unidade	Bucha, Fiat Allis FG 140, código 73117265	86,6300	866,3000
70	10,00	424900958	Unidade	Rolamento, Fiat Allis FG 140, código 73148456	163,8400	1.638,4000
71	10,00	424900959	Unidade	Vedador, Fiat Allis FG 140, código 70930984	45,2000	452,0000
72	10,00	424900960	Unidade	Correia 8PK 1570, Fiat Allis FG 140, código 75206859	73,4400	734,4000
73	5,00	424900961	Unidade	Amortecedor, Fiat Allis FG 140, código 75249578	145,0100	725,0500
74	20,00	424900962	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75288494	26,3600	527,2000
75	20,00	424900963	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75288493	30,1300	602,6000
76	5,00	424900964	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 75287702	41,4300	207,1500
77	10,00	424900965	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75288424	24,4800	244,8000
78	5,00	424900966	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75287701	13,1800	65,9000
79	30,00	424900967	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 14457680	6,7800	203,4000
80	350,00	424900968	Unidade	Disco, Fiat Allis FG 140, código 75287708	64,0300	22.410,5000
81	20,00	424900969	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75287755	67,8000	1.356,0000
82	350,00	424900970	Unidade	Disco, Fiat Allis FG 140, código 75287709	13,1800	4.613,0000
83	40,00	424900971	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75287720	15,0700	602,8000
84	40,00	424900736	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 75288896	11,3000	452,0000
85	20,00	424900972	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75287711	16,9500	339,0000
86	10,00	424900973	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75288458	50,8500	508,5000

CPL - Comissão Permanente de Licitação
Relação de Materiais Especificados

Página: 3

Data: 26/08/2019

87	10,00	424900974	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 75288501	13,1800	131,8000
88	5,00	424900975	Unidade	Junta, Fiat Allis FG 140, código 75289055	30,1300	150,6500
89	5,00	424900976	Unidade	Junta, Fiat Allis FG 140, código 75289463	41,4300	207,1500
90	5,00	424900977	Unidade	Junta, Fiat Allis FG 140, código 75288889	16,9500	84,7500
91	20,00	424900978	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75288434	15,0700	301,4000
92	20,00	424900979	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75288439	13,1800	263,6000
93	20,00	424900980	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75288438	19,9600	399,2000
94	20,00	424900981	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75288437	17,9000	358,0000
95	20,00	424900982	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75289452	20,7200	414,4000
96	20,00	424900983	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75289456	14,8800	297,6000
97	20,00	424900984	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75289455	16,0100	320,2000
98	20,00	424900985	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75289454	16,9500	339,0000
99	20,00	424900986	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75289461	12,6100	252,2000
100	5,00	424900987	Unidade	Tampão, Fiat Allis FG 140, código 75288503	39,5500	197,7500
101	10,00	424900988	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 75288881	26,3600	263,6000
102	10,00	424900989	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 75288502	30,1300	301,3000
103	20,00	424900990	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75287719	11,3000	226,0000
104	110,00	424900991	Unidade	Arruela, Fiat Allis FG 140, código 75288443	3,7900	416,9000
105	30,00	424900992	Unidade	Contra Pino, Fiat Allis FG 140, código 75289474	5,6500	169,5000
106	10,00	424900993	Unidade	Cotovelo, Fiat Allis FG 140, código 75221770	73,4400	734,4000
107	10,00	424900994	Unidade	Mangueira, Fiat Allis FG 140, código 73107726	107,3400	1.073,4000
108	40,00	424900995	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código, 14457280	16,0100	640,4000
109	10,00	424900996	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 70923548	16,9500	169,5000
110	50,00	424900997	Unidade	Calço, Fiat Allis FG 140, código 73124681	26,3600	1.318,0000
111	50,00	424900998	Unidade	Calço, Fiat Allis FG 140, código 73124683	25,4300	1.271,5000
112	20,00	424900999	Unidade	Rolamento, Fiat Allis FG 140, código 73124678	129,9400	2.598,8000
113	20,00	424901000	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 73124671	39,5500	791,0000
114	20,00	424901001	Unidade	Pino, Fiat Allis FG 140, código 73124680	45,2000	904,0000
115	10,00	424901002	Unidade	Pino, Fiat Allis FG 140, código 75238951	48,9600	489,6000
116	20,00	424901003	Unidade	Rolamento, Fiat Allis FG 140, código 73124679	161,9600	3.239,2000
117	20,00	424901004	Unidade	Tampão, Fiat Allis FG 140, código 70930423	58,3800	1.167,6000
118	20,00	424901005	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 73124672	35,7800	715,6000
119	20,00	424901006	Unidade	Chapa, Fiat Allis FG 140, código 75238952	30,1300	602,6000
120	60,00	424901007	Unidade	Arruela, Fiat Allis FG 140, código 10516471	2,8300	169,8000
121	60,00	424901008	Unidade	Parafuso, Fiat Allis FG 140, código 10902221	7,5300	451,8000
122	10,00	424901009	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 73125713	35,2100	352,1000
123	30,00	424901010	Unidade	Extremidade, Fiat Allis FG 140, código 70668028	58,3800	1.751,4000
124	10,00	424901011	Unidade	Arruela, Fiat Allis FG 140, código 70054889	1,8800	18,8000
125	5,00	424901012	Unidade	Parafuso, Fiat Allis FG 140, código 70683838	16,9500	84,7500
126	5,00	424901013	Unidade	Parafuso, Fiat Allis FG 140, código 70683837	20,7200	103,6000
127	20,00	424901014	Unidade	Espaçadores, Fiat Allis FG 140, código 73125726	35,7800	715,6000
128	5,00	424901015	Unidade	Pino, Fiat Allis FG 140, código 70673051	73,4400	367,2000
129	30,00	424901016	Unidade	Contra Pino, Fiat Allis FG 140, código 70901345	3,7700	113,1000
130	5,00	424901017	Unidade	Extremidade, Fiat Allis FG 140, código 75221276	86,6300	433,1500
131	5,00	424901018	Unidade	Extremidade, Fiat Allis FG 140, código 75221277	92,2800	461,4000

CPL - Comissão Permanente de Licitação
Relação de Materiais Especificados

Página: 4

Data: 26/08/2019

132	20,00	424901019	Unidade	Arruela, Fiat Allis FG 140, código 75220798	1,8800	37,6000
133	10,00	424901020	Unidade	Rolamento, Fiat Allis FG 140, código 73124684	145,0100	1.450,1000
134	10,00	424901021	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 73135111	58,3800	583,8000
135	10,00	424901022	Unidade	Rolamento, Fiat Allis FG 140, código 70684817	167,6100	1.676,1000
136	30,00	424901023	Unidade	Contra Pino, Fiat Allis FG 140, código 70901348	2,8300	84,9000
137	10,00	424901024	Unidade	Arruela, Fiat Allis FG 140, código 70932867	3,7700	37,7000
138	30,00	424901025	Unidade	Parafuso, Fiat Allis FG 140, código 75250655	11,3000	339,0000
139	10,00	424901026	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 70923824	16,9500	169,5000
140	75,00	424901027	Unidade	Graxeiro, Fiat Allis FG 140, código 70914465	2,8300	212,2500
141	10,00	424901028	Unidade	Coifa, Fiat Allis FG 140, código 75221277	16,9500	169,5000
142	75,00	424901029	Unidade	Graxeiro, Fiat Allis FG 140, código 70915276	2,8300	212,2500
143	10,00	424901030	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 73125725	39,5500	395,5000
144	10,00	424901031	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 70926957	13,1800	131,8000
145	40,00	424901032	Unidade	Parafuso, Fiat Allis FG 140, código 70927236	16,9500	678,0000
146	40,00	424901033	Unidade	Arruela, Fiat Allis FG 140, código 70912441	3,7700	150,8000
147	10,00	424901034	Unidade	Respiro, Fiat Allis FG 140, código 75289884	39,5500	395,5000
148	10,00	424901035	Unidade	Respiro, Fiat Allis FG 140, código 75287555	45,2000	452,0000
149	10,00	424901036	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75289020	11,3000	113,0000
150	10,00	424901037	Unidade	Filtro, Fiat Allis FG 140, código 75289019	73,4400	734,4000
151	50,00	424901038	Unidade	Disco, Fiat Allis FG 140, código 75289062	105,4800	5.274,0000
152	45,00	424901039	Unidade	Disco, Fiat Allis FG 140, código 75289883	111,1100	4.999,9500
153	10,00	424901040	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75289067	11,3000	113,0000
154	10,00	424901041	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75289065	12,9900	129,9000
155	20,00	424901042	Unidade	Placa, Fiat Allis FG 140, código 75289027	73,4400	1.468,8000
156	10,00	424901043	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75311017	11,3000	113,0000
157	10,00	424901044	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75311018	12,2500	122,5000
158	5,00	424901045	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75311011	13,1800	65,9000
159	10,00	424901046	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75311013	16,9500	169,5000
160	10,00	424901047	Unidade	Junta, Fiat Allis FG 140, código 75289992	32,0100	320,1000
161	5,00	424901048	Unidade	Bomba, Fiat Allis FG 140, código 75249577	591,3300	2.956,6500
162	20,00	424901049	Unidade	Porca, Fiat Allis FG 140, código 70060670	3,7700	75,4000
163	20,00	424901050	Unidade	Arruela, Fiat Allis FG 140, código 70605918	1,8800	37,6000
164	30,00	424901051	Unidade	Válvula, Fiat Allis FG 140, código 70096481	105,4600	3.163,8000
165	40,00	424901052	Unidade	Junta, Fiat Allis FG 140, código 75251428	30,1300	1.205,2000
166	40,00	424901053	Unidade	Junta, Fiat Allis FG 140, código 73161856	32,0100	1.280,4000
167	20,00	424901054	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 70653820	39,5500	791,0000
168	20,00	424901055	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 70631119	35,7800	715,6000
169	20,00	424901056	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 70680615	34,8400	696,8000
170	20,00	424901057	Unidade	Rolamento, Fiat Allis FG 140, código 70681245	110,1700	2.203,4000
171	5,00	424901058	Unidade	Motor, Fiat Allis FG 140, código 73153845	676,0700	3.380,3500
172	30,00	424901059	Unidade	Calço, Fiat Allis FG 140, código 73125519	67,8000	2.034,0000
173	10,00	424901060	Unidade	Calço, Fiat Allis FG 140, código 7312520	73,4400	734,4000
174	10,00	424901061	Unidade	Calço, Fiat Allis FG 140, código 7312521	60,2600	602,6000
175	5,00	424901062	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 70923817	11,3000	56,5000
176	5,00	424901063	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 70925457	13,1800	65,9000



JUIZ DE FORA
P R E F E I T U R A

cpl
licitação

177	5,00	424901064	Unidade	Coroa, Fiat Allis FG 140, código 73125509	922,7700	4.613,8500
178	5,00	424901065	Unidade	Bucha, Fiat Allis FG 140, código 73130969	86,6300	433,1500
179	5,00	424901066	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 70634037	35,7800	178,9000
180	10,00	424901067	Unidade	Calço, Fiat Allis FG 140, código 75240816	60,2600	602,6000
181	10,00	424901068	Unidade	Calço, Fiat Allis FG 140, código 75240817	64,0300	640,3000
182	10,00	424901069	Unidade	Calço, Fiat Allis FG 140, código 75240818	58,3800	583,8000
183	10,00	424901070	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 70923590	13,1800	131,8000
184	10,00	424901071	Unidade	Rolamento, Fiat Allis FG 140, código 73124983	161,9600	1.619,6000
185	200,00	424901072	Unidade	Ponta, Fiat Allis FG 140, código 70062160	73,4400	14.688,0000
186	100,00	424901073	Unidade	Haste, Fiat Allis FG 140, código 75250226	67,8000	6.780,0000
187	100,00	424901074	Unidade	Chaveta, Fiat Allis FG 140, código 73125907	13,1900	1.319,0000
188	10,00	424901075	Unidade	Barra, Fiat Allis FG 140, código 75251356	107,3400	1.073,4000
189	10,00	424901076	Unidade	Barra, Fiat Allis FG 140, código 75244193	111,1100	1.111,1000
190	1.250,00	424901077	Unidade	Parafuso, Fiat Allis FG 140, código 70617127	8,2900	10.362,5000
191	5,00	424901078	Unidade	Junta, Fiat Allis FG 140, código 70188771	13,1800	65,9000
192	10,00	424901079	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 14467980	7,5300	75,3000
193	10,00	424901080	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 70923594	8,4800	84,8000
194	10,00	424901081	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 70924146	8,0100	80,1000
195	25,00	424901082	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 70926622	11,3000	282,5000
196	40,00	424901083	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 70925257	13,1800	527,2000
197	50,00	424901084	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75289607	12,2700	613,5000
198	40,00	424901085	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 9968476	11,1100	444,4000
199	75,00	424901086	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 75289570	35,7000	2.677,5000
200	75,00	424901087	Unidade	Retentor, Fiat Allis FG 140, código 75289571	30,1500	2.261,2500
201	50,00	424901088	Unidade	Anel, Fiat Allis FG 140, código 75289606	13,1900	659,5000
202	20,00	424901089	Unidade	Filtro, Fiat Allis FG 140, código 73125853	92,2800	1.845,6000
203	5,00	424901090	Unidade	Kit Reparo, Fiat Allis FG 140, código 75220700	105,4600	527,3000
204	10,00	424901091	Unidade	Kit Reparo, Fiat Allis FG 140, código 75288869	111,1000	1.111,0000
205	10,00	424901092	Unidade	Kit Reparo, Fiat Allis FG 140, código 75209587	114,8800	1.148,8000
206	10,00	424901093	Unidade	Kit Reparo, Fiat Allis FG 140, código 75288903	120,5300	1.205,3000
207	10,00	424901094	Unidade	Correia, Fiat Allis FG 140, código 73162121	73,4300	734,3000
208	10,00	424901095	Unidade	Correia, Fiat Allis FG 140, código 75206859	67,8000	678,0000
209	20,00	424901096	Unidade	Filtro, Fiat Allis FG 140, código 75254523	92,2800	1.845,6000

OBS.: Frete: CIF - incluso nos preços. IPI, substituição tributária: incluso os preços.

Total estimado do Processo: R\$ 323.165,25 (trezentos e vinte e três mil, cento e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)